



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 31/2024

Maceió, 5 de abril de 2024

Asssembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 728/2024
Data: 09/04/2024 - Horário: 11:09
Legislativo

Senhor Presidente,

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 175/2023 que “*Autoriza a piscicultura em cativeiro da espécie Pangassius Hipophtalmus no âmbito do Estado de Alagoas.*”, pelas razões adiante aduzidas.

Razões do veto:

Apesar dos elevados propósitos de deliberação do Poder Legislativo, e embora muito louvável a matéria disposta no Projeto de Lei nº 175/2023, sua sanção não se apresenta possível, como se observará pelas razões adiante descritas.

Nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, se o Governador do Estado considerar o Projeto de Lei aprovado pelo Poder Legislativo Estadual, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo, total ou parcialmente.

A competência legislativa para dispor sobre pesca é atribuída pela Constituição Federal concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal, nos termos de seu art. 24, VI. Nesse sentido, cabe à União estabelecer as normas gerais sobre a matéria, competindo aos Estados, para além do dever de observá-las, legislar supletivamente sobre tais matérias, no ponto em que apresentem lacunas.

A União, exercendo sua competência legislativa, proibiu a atividade de cultivo de organismos vivos que não sejam espécies nativas ou autóctones, conforme disposto na Lei Complementar Federal nº 140, de 8 de dezembro de 2011, e na Resolução CONAMA nº 413, de 26 de junho de 2009, do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Assim, o Projeto de Lei, ao conceder autorização genérica para criação da espécie de peixe *Pnagassius Hipophtalmus*, conhecido como peixe-panga, um tipo exótico oriundo do sudeste asiático, viola frontalmente a competência legislativa e material para dispor sobre a matéria.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar totalmente o Projeto de Lei nº 175/2023, por **inconstitucionalidade formal**, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

PAULO SURUAGY DO AMARAL DANTAS
Governador

Excelentíssimo Senhor
Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS
Presidente da Assembleia Legislativa Estadual
NESTA